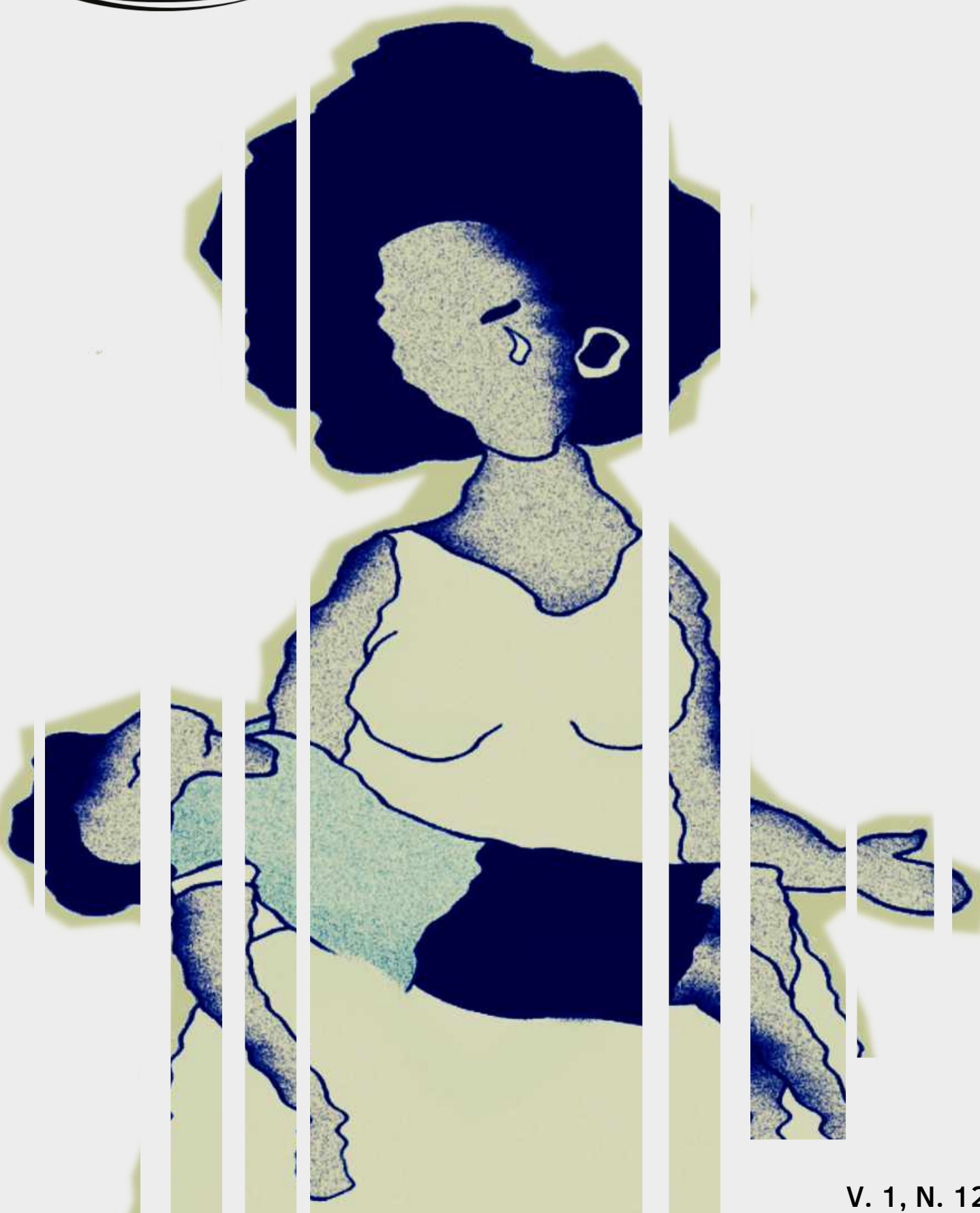


Boletim extraordinário
CAAF|Unifesp de
enfrentamento da Covid-19

**MORTOS E MORTES
DA COVID-19:
SABERES,
INSTITUIÇÕES E
REGULAÇÕES**



Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/caaf

Sumário

Editorial	1
Notícia	
A crise ambiental e o mundo pós-pandemia. <i>* Aline Khouri</i>	3
Opiniões	
Vulnerabilidades da população LGBTQIA+ e a flexibilização da quarentena da COVID-19. <i>* Luiz Eduardo Dos Santos</i>	5
Sobre mães, bebês e as cerimônias funerárias Yanomami em meio a pandemia da covid. <i>* Sílvia Guimarães</i>	8
Entrevista	
Justiça por Miguel! A luta de uma mãe – <i>Entrevista com Mirtes Renata</i>	16
Coletivo Projeto Vida: A luta da população em situação de rua contra o frio e a Covid-19 – <i>Entrevista com Clair Aparecida e Paula Carvalho</i>	23

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/itoria/caaf

Editorial

O Centro de Arqueologia e Antropologia Forense (CAAF/Unifesp) é uma instituição de pesquisa e formação em direitos humanos que trabalha em torno da temática das graves violações cometidas pelo Estado. A morte e os destinos dos mortos, enquanto problema de estudos, se constituem como pilares para o entendimento da violência institucional.

Diante da pandemia causada pelo novo coronavírus, cujo impacto e velocidade de contaminação atingem proporções nunca vistas em nossa história, a questão sobre como os óbitos estão sendo pensados, recebidos, regulados pelas instituições responsáveis, pelos profissionais da área forense e, de modo geral, pela sociedade torna-se um problema urgente.

Os marcos fúnebres dos últimos cinco meses perpassam a pandemia, mas incluem o cruzamento de múltiplas crises, de violências sistêmicas e violações históricas. Como caso mais emblemático de morte seguida de desaparecimento durante a pandemia, cujo risco fora anunciado na edição de número 0 deste boletim, estão os dos corpos de bebês Yanomami, mortos em função da covid-19 e desaparecidos por dias em razão da negligência, do desprezo e do desrespeito a eles e a suas mães indígenas, suas vidas e suas existências. São também indígenas os que veem o garimpo ilegal, com a leniência de um governo genocida, trazer a morte para suas terras seja pelo desmatamento, queimadas ou contaminação pelo vírus. E uma mãe, trabalhadora doméstica em plena pandemia, a perder seu filho pequeno, outra vítima do abismo racista e classista.

A edição de número 12 do boletim do CAAF “Mortos e mortes da covid-19” reúne e torna públicos artigos e entrevistas que registram e analisam o cenário de mortes e violações de direitos durante a pandemia. Entre os cenários de maior vulnerabilidades, como o da população LGBTQIA+ ou em situação de rua, as lutas pela vida são mais necessárias e urgentes que nunca. Assim como são urgentes e necessários os movimentos que fazem dos espaços acadêmicos lugares ativos e engajados nessas lutas.

Nós, do CAAF/Unifesp, desenvolvemos em nossos projetos de pesquisa e de consultorias parcerias com os movimentos sociais, procurando a confluência entre os saberes das lutas pela vida digna com o conhecimento científico. Isso nos mantém em contato permanente com familiares de vítimas das graves violações, nos levando a considerar as formas com que a morte e os mortos se caracterizaram como um problema de direitos humanos.

O objetivo deste Boletim é o de contribuir para a rede de informações, documentos e análises relacionando ciências forenses, direitos humanos e lutas sociais.

São Paulo, 14 de agosto de 2020.



NOTÍCIA

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/retoria/caaf

A crise ambiental e o mundo pós-pandemia.

ALINE KHOURI

* *Jornalista*

WEBINAR - CICLO DE DEBATES DIREITO E PANDEMIA

MEIO AMBIENTE E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA NO MUNDO PÓS-PANDEMIA

11/08 ÀS 18:00 - AO VIVO EM FACEBOOK.COM/CAAFUNIFESP01

Dinamam Tuxá
(Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB)

Marcela Vecchione Gonçalves
(Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - UFPA)

Fabiano de Andrade Correa
(Latin American Climate Lawyers Initiative for Mobilizing Action - LACLIMA)

MEDIAÇÃO:
Iagê Miola (Direito|Unifesp)
Giulia Potenza (aluna de RI Unifesp)

ORGANIZAÇÃO:
PROFESSORAS/ES DE DIREITO DA UNIFESP
EQUIPE CAAF|UNIFESP

As políticas ambientais e a Covid-19 foram assunto do debate “Meio ambiente e a emergência climática no mundo pós pandemia”, realizado pelo Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da UNIFESP. O evento foi o sétimo encontro do ciclo de debates virtuais Direito e Pandemia e teve a participação de Dinamam Tuxá (advogado e coordenador da APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), Marcela Vecchione Gonçalves (pesquisadora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA) e Fabiano de Andrade Correa (membro e coordenador de um grupo de trabalho sobre Agricultura e mudanças climáticas na Latin American Climate Lawyers Initiative for Mobilizing Action - LACLIMA). A mediação foi de Iagê Miola (professor de Direito na Eppen Unifesp Osasco) e Giulia Potenza (aluna de Relações Internacionais da UNIFESP).

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/reitoria/caaf

Miola introduziu a discussão propondo uma reflexão sobre o cruzamento de múltiplas crises atuais. Uma crise de saúde induzida pela pandemia que acendeu o pavio de uma crise econômica dentro de um contexto de uma crise climática. Em abril, foi noticiado que a Covid-19 poderia causar a maior queda anual histórica de emissões de gases de efeito estufa devido a uma brusca e ampla paralisação da atividade econômica mundial. Ele declarou que há um consenso cada vez maior de que a recuperação econômica após a pandemia precisa ser compatível com o objetivo de construir uma economia socialmente e ambientalmente sustentável. As múltiplas crises observadas hoje estão relacionadas à crise da democracia.

Em um contexto no qual o desmatamento atinge recordes na Amazônia e normas de proteção ao meio ambiente são desmanteladas, o coronavírus se propaga entre os povos indígenas. “A escritora e ativista indiana Arundhati Roy escreveu que as pandemias são uma espécie de portal, uma passagem entre esse mundo e o próximo. Segundo ela, o portal pode ser atravessado de duas formas: arrastando as carcaças do nosso preconceito e do nosso ódio, a nossa avareza, nossas ideias mortas e nossos céus poluídos ou podemos caminhar com pouca bagagem, prontos para imaginar outro mundo e lutar por isso”, comentou Iagê.

Marcelo iniciou a discussão ressaltando que a ciência mostra que a degradação ambiental possui um efeito sobre a saúde humana, incluindo o aumento de doenças transmissíveis, como a Covid-19. A correlação entre o coronavírus e a crise climática expõe a necessidade de um alinhamento de soluções para evitar que a solução de uma crise não agrave a outra ocasionando, por exemplo, um aumento de emissões de gases. Segundo ele, é necessário orientar o momento de transição social para uma economia de baixo carbono e desenvolvimento mais sustentável.

As decisões políticas que causam o enfraquecimento de regulamentações ambientais resultam em problemas de difícil reparação ao meio ambiente e a todos que nele vivem, afirmou Dinamam Tuxá. Os maiores responsáveis pela defesa do meio ambiente são os povos indígenas que precisam enfrentar uma série de entraves como o avanço das grandes corporações sobre seus territórios. O coordenador da APIB alertou para o aumento do desmatamento e das mortes de lideranças indígenas, consequências que não são evitadas pelos acordos internacionais.

Tuxá acrescentou ainda que o desenvolvimento sustentável correlacionado ao agronegócio e a grandes empreendimentos - como no caso das hidrelétricas - não é possível e que há a necessidade de novos modelos econômicos pautados pela sustentabilidade. “A Covid só agravou o desmantelamento da instituição Funai, do Ibama e do ICMBio. Agravou toda a ausência e omissão do Estado brasileiro frente a essas políticas ambientais indigenistas que acabaram impactando as vidas dos povos indígenas”, declarou.

Já Marcela também mencionou a deterioração das instituições ambientais no País, o que impossibilita a manutenção dos direitos ambientais e territoriais. “A ação do Estado é anti-indígena, colonial, brutal e anti meio ambiente”, ressaltou. A pesquisadora mostrou preocupação com o desmatamento de mais de 10 mil km² na Amazônia no primeiro semestre do ano, o maior nível da última década. Por fim, Fabiano frisou que há um problema de implementação da legislação no Brasil e que as consequências das mudanças climáticas podem ser se tornar muito mais sérias caso nada mude. Ao final, os debatedores responderam perguntas enviadas pelo público.

[O SEMINÁRIO COMPLETO PODE SER ACESSADO AQUI](#)



OPINIÕES

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/itoria/caaf

Vulnerabilidades da população LGBTQIA+ e a flexibilização da quarentena da COVID-19.

LUIZ EDUARDO DOS SANTOS

**Mestre em Ensino em Ciências da Saúde pela UNIFESP/SP. Consultor Técnico do Instituto Joana d'Arc (Guarujá/SP). Especialista em Gestão de Políticas Públicas pela ENAP (Brasília/DF). Militante e Consultor em AIDS, Sexualidade, Direitos Humanos e Cidadania.*



Fonte: Coletivo POCs. Disponível em: <https://dentrodomeio.com.br/brasil/pesquisa-quer-saber-como-lgbt-brasileiros-foram-impactados-pela-covid-19/>

Não é novidade que a população LGBTQIA+ possui diversos de seus direitos negligenciados. A violência contra este segmento populacional faz parte das práticas e crenças sociais que endossam o preconceito e a discriminação, por meio de ataques desde a primeira infância até a velhice.

Os que mais sofrem com a violência são aqueles que, para além de sua identificação enquanto LGBTQIA+, vivenciam a pobreza, as questões de racismo, a falta de acesso à educação ou que possuam necessidades especiais.

Segundo a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) inúmeros direitos ainda são negados aos LGBTQIA+ em função da sua orientação sexual ou identidade de gênero.

A epidemia evidenciou um cenário catastrófico junto a população em geral. A COVID-19 teve um significativo impacto no desemprego, por meio do fechamento de 1,1 milhão de vagas com carteira assinada e quase 4 milhões de informais perderam sua principal fonte de renda. O isolamento social imposto no início da epidemia promoveu o aumento nos casos de depressão, síndrome do pânico e apatia.

Quando fazemos um recorte para a população LGBTQIA+, tais mazelas foram exponencialmente ampliadas durante a pandemia, como as vulnerabilidades relacionadas a família, emprego, relações sociais, afetivas e sexuais, violências, atendimento voltado aos direitos humanos, incluindo o acesso aos serviços públicos de saúde, dentre outras tantas demandas.

Recentemente, cerca de 100 organizações LGBTs norte-americanas lançaram um documento onde são citados quatro pontos de fragilidade na pandemia para a comunidade: o uso de excessivo de tabaco – 50% desta população faz mais uso do que o restante da população em geral; os índices de HIV; o preconceito; e a solidão que os idosos LGBTQIA+ experimentam em todo o mundo.

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/itoria/caaf

No universo familiar, pessoas que se identificam ou são percebidas como LGBTQIA+ sofrem mais discriminação, preconceito e violências das mais diversas espécies, por parte de seus familiares ou parentes durante o isolamento, principalmente em famílias numerosas e com pouco espaço físico. Assim, há a potencialização da falta de privacidade e a impossibilidade ou dificuldade em buscar direitos nas redes de proteção.

A diminuição radical do emprego formal, onde normalmente os LGBTQIA+ já encontram desafios, reduziu as possibilidades de manutenção do bem-estar e da cidadania. Até a prostituição sofreu os impactos da COVID-19. De acordo com dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), cerca de 90% das mulheres trans e travestis têm na prostituição a principal fonte de renda.

Na pandemia, a redução de clientes e a exposição aos riscos de contaminação pelo vírus fez com que a organização elaborasse uma cartilha sobre cuidados específicos de mulheres trans no cenário da proliferação do coronavírus, indicado para os demais segmentos de profissionais do sexo LGBTQIA+. Porém, por conta das questões financeiras e de sobrevivência, muitos se expuseram ao vírus para a garantia de seu sustento.

Casais tiveram seus relacionamentos postos à prova, seja pela imposição da distância entre os pares ou pela convivência em tempo integral, forçando-os a se (re) conhecer ou (re) aprender sobre os aspectos de suas intimidades.

Os Solteiros tiveram que repensar nas suas possíveis relações – afetivas ou sexuais, nos jogos de sedução, namoro e até no sexo virtual. Como sair de casa implicava no aumento o risco de contaminação, as pessoas ficavam apenas conversando, principalmente em aplicativos de encontros e poucas se aventuravam a deixar o ambiente virtual.

Diante deste fato, como se colocar em risco numa relação real com um vírus tão contagioso? Esta máxima nos faz lembrar o início da epidemia da AIDS e nas aprendizagens de como conviver e se relacionar com o outro tendo novamente um vírus como vilão.

Deste modo, durante mais de três meses, a COVID-19 esteve presente de forma imperiosa e fez com que a sociedade repensasse as estratégias de socialização, em especial no universo LGBTQIA+. Logo, sites pornográficos liberaram conteúdos para aplacar o desejo e manter as pessoas em casa. Sites de relacionamento flexibilizaram o uso das salas de bate-papos.

Inúmeros aplicativos foram a sensação do momento – e o grande amigo do isolamento, desde dedicados a videochamadas e lives ou apps de mídia para criar e compartilhar vídeos curtos.

No âmbito da assistência, vários grupos de autoajuda surgiram para cuidar da saúde mental. Exércitos de voluntários se uniram para providenciar alimentação, itens de proteção e higiene para destinar às populações mais afetadas, como LGBTQIA+ de baixa renda, profissionais do sexo e em situação de ruas.

Neste momento, com a eminente flexibilização da quarentena nas diversas cidades do Brasil e o retorno às atividades cotidianas, como lidar com o “novo normal” no universo LGBTQIA+?

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/reitoria/caaf

É importante frisar que, independente da orientação sexual e da identidade de gênero dos cidadãos, as medidas protetivas devem ser respeitadas como o distanciamento social, lavar as mãos, fazer uso de máscara e álcool em gel. Além do mais, o isolamento social deve ainda ser adotado sempre que possível e, ao sair de casa, o ideal é evitar aglomerações, usar álcool gel e não tocar no rosto.

Mesmo assim, várias dúvidas afloram: de que modo serão realizados os encontros sexuais – casuais ou não – alinhados a proteção sexual? Sabemos que a transmissão ocorre, dentre outras, por meio do toque ou aperto de mão e gotículas de saliva.

Já temos tantas dificuldades na apreensão dos mais diversos métodos preventivos em saúde sexual, em especial na utilização do preservativo, imagina com o acréscimo do uso de máscaras, álcool em gel ou recomendação de ausência de beijos ou troca de fluidos?

No caso das relações de trabalho e renda, que estratégias serão ofertadas para a inclusão desta população nos novos postos de trabalho? E para os demais profissionais do sexo LGBTQIA+ para além dos itens de proteção individual contra o coronavírus ou insumos de prevenção sexual?

No tocante às ações voluntárias de apoio socioassistencial e alimentar, os grupos promoverão sua continuidade para apoio aos LGBTQIA+ mais vulneráveis ou será apenas uma tática pontual e, assim, seguirão à margem da sociedade no pós-pandemia?

Que tal estimular a continuação das videochamadas, lives e produção de vídeos curtos com foco em educação comunitária, cidadã e em saúde? E, ainda, a sua aplicação no fortalecimento da cidadania LGBTQIA+, como método para a construção de relações respeitadas e dignas dentro e fora da comunidade?

Por fim, e os que faremos com os grupos de autoajuda? Entendemos a sua efetividade no cuidado da saúde mental deste segmento populacional. Para isso, requer um olhar mais atento na inclusão dos aspectos geracionais, culturais, morais e de crenças, fundamentais para fortalecer a autoestima e garantir uma cidadania plena e sem culpa.

Portanto, convido aqueles que queiram participar de uma mobilização construtiva e positiva, em favor da população LGBTQIA+, que entre na página do Facebook, por meio do @3ggrupogaydeguarujaregiao e curtam o 3G (Grupo Gay de Guarujá e Região). Informe, na página, como podem contribuir para a (re) construção da militância na região há muito tempo fragilizada.

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/retoria/caaf

Sobre mães, bebês e as cerimônias funerárias Yanomami em meio a pandemia da covid.

SÍLVIA GUIMARÃES

* DAN/UnB



Mães Yanomami com suas crianças em Surucucu, Roraima, em julho de 2020. ADRIANO MACHADO / REUTERS. Disponível em: <https://brasil.elepaís.com/brasil/2020-08-12/covid-19-acossa-bebes-yanomami-enquanto-stf-cobra-de-bolsonaro-atencao-completa-a-indigenas.html>

No dia 9 de abril de 2020, faleceu o primeiro indígena no Brasil por covid. Era um jovem Yanomami que experimentara várias malárias e, com o corpo enfraquecido, foi consumido pela covid. Foi enterrado sem o consentimento da família, sem explicações, uma violação a seus direitos humanos enquanto povo, especialmente pelo fato de que as cerimônias funerárias compõem um ponto fundamental da vida Yanomami. Como afirmou Bruce Albert (2020), não poder dispor de seus mortos é um “ato infame” para qualquer povo, para os Yanomami, configura-se em uma violência, pois impossibilita-os de exercer rituais fundamentais que permitem ao morto seguir seu caminho até as “costas do céu”, onde viverá uma nova vida. Outras mortes de indígenas seguem acontecendo ao longo da covid, mas não somente o vírus é letal. Atréada a essas mortes uma trilha de violações de direitos se forma, revelando o cenário de genocídio que se agudizou com a covid. Diante de tal cenário, é possível ver uma máquina de guerra mover os serviços de saúde no Brasil. Nos termos de Achille Mbembe (2018), o Estado pode se metamorfosear em uma máquina de guerra e, neste momento no Brasil, ele se acopla ao vírus e se move no racismo, matando e violentando pessoas e coletivos seletivamente.

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/caaf

No início de maio de 2020, uma mãe Sanõma é deslocada para Boa Vista com seu bebê que precisa realizar tratamento de pneumonia, esse veio a falecer em poucos dias. No final de maio, duas outras mães, uma dessas vive em uma aldeia na Venezuela e buscara tratamento no polo-base localizado no lado brasileiro da fronteira, foram deslocadas para Boa Vista com o intuito de realizarem tratamento de seus bebês. As crianças eram todas menores de um ano e estavam com pneumonia em tal grau que requeria atendimento nos hospitais da cidade. Somente a primeira dessas mulheres, a que viera no início de maio, estava acompanhada de seu irmão, as outras duas vieram sem acompanhantes, estavam somente com seus bebês. Sem falar português e distantes de suas redes de apoio, essas mulheres adentraram o pior cenário da covid, o dos hospitais e da Casa de Saúde Indígena (CASAI), esse último é o local onde os indígenas ficam hospedadas quando estão em tratamento na média e alta complexidade. Ao todo, até o momento, 57 Sanõma foram contaminados por covid na CASAI, eles e elas estavam fazendo algum tipo de tratamento. Esse número se refere a todas e todos que estavam em tratamento de maio até este mês na cidade.

Vale fazer uma pausa para explicar como se constitui essa rede de apoio das mulheres Sanõma, subgrupo da família linguística Yanomami, que vivem no extremo norte da Terra Indígena Yanomami, na fronteira entre Brasil e Venezuela. O matrimônio na vida Sanõma é marcado pela presença do genro na casa dos sogros ou em suas proximidades, vivem a uxori-localidade. Desse modo, forma-se, na família extensa, uma rede feminina de cuidado, de jovens irmãs e mães, que vivem também próximas de suas tias maternas e filhas de suas tias. Em algumas situações, a jovem se muda para a casa do sogro, isso acontece quando esse tem força política maior que o pai da jovem ou quando ele já faleceu. Os Sanõma vivem em casas retangulares onde se abrigam essas famílias extensas e se configuram as redes de apoio, de cuidado e de produção de alimento. As mulheres Sanõma não falam português, somente alguns homens se comunicam nessa língua. Quando essas mulheres vêm para Boa Vista, sem falar português e com seus filhos adoecidos, são lançadas em um local distante de seu território, de suas redes de apoio, em um lugar desconhecido, perigoso devido aos vários contágios, à presença de inimigos e às ameaças de feitiços.

Nos hospitais, cada um dos três bebês falecera. As mães receberam a notícia das mortes, mas nada foi informado sobre os paradeiros dos corpos ou sobre a suspeita de covid. Quando o primeiro bebê morreu, no início de maio, a notícia se espalhou entre os Sanõma que estavam na CASAI e a liderança Sanõma, presidente da Associação Indígena Sanõma *Ipasali*, que vive temporariamente em Boa Vista, dividindo-se entre a cidade e a Terra Indígena, seguiu um périplo para saber do paradeiro do corpo da criança. A primeira suposição foi que o corpo do bebê estaria ainda no hospital. Os anciãos e as anciãs na comunidade souberam da notícia, por meio do sistema de radiofonia, e pressionaram a liderança para que ela cobrasse das autoridades o retorno do corpo do bebê ao território. Ele buscou informações no hospital, na CASAI e foi ao coordenador do DSEI Yanomami, que o informou que a criança havia morrido de covid, foi enterrada e só poderia ser exumada e retornar em três anos. A liderança informou à mãe e aos demais o que aconteceu. A mãe passou a fazer o seu choro lamurioso de luto pela morte do seu filho em meio a desconhecidos na CASAI e de forma tímida. Em alguns dias, ela retornou à Terra Indígena sem o corpinho do bebê.

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/itoria/caaf

No final de maio, a cena se repete, os dois outros bebês que realizavam tratamento morrem. As mães retornam à CASAI, onde se contaminam de covid, sem saber do paradeiro dos corpos dos seus filhos. A primeira impressão que elas tiveram conjuntamente com a liderança foi que os corpos dos bebês estavam retidos no hospital. As mães, os anciãos e as anciãs na comunidade novamente exigem o retorno dos corpos dos bebês para que possam realizar a cerimônia funerária. Mais uma vez a liderança segue por entre hospitais e a CASAI para saber sobre os paraderos dos corpos e, na CASAI, é informado que os bebês morreram de covid, foram enterrados no cemitério e só poderão ser exumados e retornar em três anos. A angústia invade as mães Sanõma que estão na CASAI e suas famílias que estão no território. Sem informações, explicações e compartilhamento de decisões, essas mulheres sofrem várias violências: o desaparecimento dos corpos de seus filhos, o enterro dos corpos e as decisões tomadas à revelia das mesmas. Essas mulheres passam a clamar por esses corpos, a liderança busca por respostas e todos são ignorados pelos serviços de saúde. Essas mães não receberam informações sobre o que fizeram com os corpos, sobre a causa da morte, não foram informadas sobre a gravidade da covid, não receberam os laudos indicando a causa da morte, não receberam os exames que comprovassem a infecção por covid e não participaram da decisão de ter seus filhos enterrados.

Algo muito grave para o mundo Sanõma estava acontecendo, a não realização da cerimônia funerária, o *sabonomo*. Cabe outra pausa para explicarmos sobre o *sabonomo* Sanõma. A cerimônia funerária entre os diversos subgrupos Yanomami contempla versões de um mesmo tema, o qual é fazer esquecer o morto para que ele siga seu caminho para a morada dos mortos e não permaneça no mundo dos vivos. Esse processo de fazer esquecer, no caso Sanõma, significa lembrar os feitos do morto, as interações que manteve e os sentimentos provindos dessas interações. Mesmo uma pequena criança inicia sua interação quando ainda está na barriga da mãe, quando estão dormindo, ela brinca, sai e retorna da barriga da mãe, o que faz com que tanto o pai quanto a mãe mantenham um resguardo rígido para protegê-la. Essa vida pequena já despertou sentimentos e manteve relações com os seus. A cerimônia funerária ou *sabonomo*, na língua Sanõma, se configura em um momento de lembrar para esquecer, pretende destruir as marcas do morto, esquecê-lo, apagá-lo e, ao mesmo tempo, criar sua personalidade, a singularidade da sua corporalidade (Guimarães, 2005 e 2010).

O início do luto é marcado por lamentações dos parentes próximos, as mulheres reúnem-se na casa do morto, choram e lamentam a falta que faz. Pintam o rosto de preto e realizam cantos de lamúria: “*Piza wai, piza wai, uuu. Iba de, iba de. Piza wei, piza wei, uuu.*” (Meu filho, meu filho, o meu, o meu, meu filho, meu filho). Parentes e afins co-residentes choram sua morte. Homens adultos fazem discursos coléricos, pedindo vingança e colocam-lhe penugem de pássaros. O corpo do morto e seus pertences, colocados sobre ou próximo a ele, devem ser queimados. Se o defunto é um homem importante, sua casa deve ser queimada. O nome, que já era sigiloso quando vivo, agora, deve ser esquecido por todos como parte do conjunto de operações destinadas a apagar suas “marcas”. Tudo o que se relaciona com a pessoa, que faz parte de sua essência, de sua corporalidade, deve ser dissipado para evitar a proximidade do *heno polepö de*. Esse é a porção do corpo interior da pessoa (*pili õxi*) que sofre uma transformação quando morre. O *heno polepö de* é feito de uma substância dura, que não se degrada, i. e., ele é imortal. É extremamente agressivo e deve ser mantido distante dos vivos, o que requer ações dos xamãs (Guimarães, 2005).

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/retoria/caaf

O responsável pela cremação deve ser um consangüíneo, pai ou irmão mais velho, o qual segue os ensinamentos de homens e mulheres mais velhas especialistas em cremação. Essa deve acontecer durante o dia, pois à noite, o *heno polepö de se* enfurece porque quer comer seu cadáver, para ele, já transformado em queixada. Assim, a pira é preparada no início da manhã, pois o corpo leva um dia inteiro para se consumir totalmente. Irmãos do morto e aliados co-residentes ateiam a pira. Antes dos homens levantarem o cadáver deitado na rede para pô-lo na pira, as pessoas devem se afastar do corpo, eles batem com varas na parte externa da casa para espantar o *heno polepö de* do morto e evitar, assim, que ele agrida alguém.

Com o corpo na pira funerária, os cantos fúnebres se intensificam, as pessoas choram ao redor da fogueira. Ao longo do dia, as pessoas vão se acalmando e, quando a fogueira diminui, começam a retornar a suas casas. No final da tarde, a cremação se finda e só restaram pequenos pedaços de ossos e madeira carbonizados. Todos que estiveram na cremação tomam um banho, retiram do corpo qualquer substância letal que a fumaça pudesse ter, com exceção dos pais, filhos e outras pessoas muito próximas, que, muito tristes, apenas lavam as mãos para não contaminar os alimentos. Tomarão banho no dia seguinte.

Alguns ossos são coletados por uma mulher próxima ao morto com a ajuda dos homens que realizaram a cremação. Essa operação continua no dia seguinte, quando os restos da fogueira e dos ossos estão frios e mais fáceis de ser manipulados. Remexem as cinzas com varas de madeira em busca de fragmentos. Há uma trituração preliminar dos ossos para guardá-los em um recipiente, que é envolvido em folhas e guardado dentro de um pequeno cesto, que é posto sobre um jirau acima do fogo doméstico dos parentes do morto.

As noites que se seguem à cremação são tomadas de pranto, as parentas mais velhas do morto cortam o cabelo bem curto e choram com suas faces enegrecidas e, chorando, fazem suas atividades, como buscar lenha ou água. Por alguns dias, os consangüíneos do morto devem permanecer nas proximidades da aldeia. Não podem caçar, jogar futebol, ou trabalhar, pois o seu interior está muito triste, precisam chorar. Com os ossos carbonizados e guardados, os Sanöma devem preparar a cerimônia de pulverização e feitura das cinzas. O enlutado principal deve fazer uma grande roça, especialmente de bananas, pois visitantes serão convidados para as cerimônias seguintes e devem ser recebidos com fartura de alimentos. Os preparativos são discutidos em reuniões nas quais quase toda a comunidade participa.

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/caaf



Cerimônia fúnebre realizada para enterrar as amostras de sangue Yanomami repatriadas em 2015. Leonardo Prado/Secom PGR. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-isa/covid-19-enterra-e-cremacao-dos-falecidos-indigenas>

Depois dessas reuniões, que podem durar alguns meses, acontecem sessões xamanísticas diurnas que pretendem descobrir quem foi o agressor do morto. Os xamãs devem perguntar aos seres auxiliares quem foi culpado e, assim tentam pôr fim às especulações e suspeitas que recaem sobre desafetos do morto, alguns deles são pessoas muito próximas do grupo. Geralmente, o xamã lança a culpa em um inimigo longínquo, o que requer a realização de vingança por meios xamanísticos.

Após essas reuniões seguidas de sessões xamanísticas, os preparativos do *sabonoma* tomam um novo ímpeto. Com a chegada dos visitantes, devem se concentrar na produção de uma fartura de alimentos para finalizar a cerimônia. As roças foram plantadas e os homens partem para a caçada que perdurará por alguns dias. Na comunidade, uma mulher relacionada ao morto segura o embrulho com os ossos carbonizados acompanhada de outras mulheres que também estão com cabaças ou recipientes contendo as cinzas de seus parentes já falecidos. Choram sobre os restos mortais que ainda existem de outros mortos, lamentam a perda daquele bom filho, boa filha e enfatizam a relação de parentesco. Os caçadores retornam com fartura de caça e as mulheres que ficaram, produziram também uma fartura de alimentos da roça. Vale enfatizar que uma convivialidade intensa acontece ao longo desse período, reafirmando laços de aliança entre os anfitriões e seus convidados. E a cerimônia entrará em uma nova etapa.

O ponto alto da cerimônia acontece com a pulverização dos ossos e o consumo das cinzas. As bananas são cozidas pelos homens, consangüíneos do morto com o auxílio dos visitantes, aliados próximos. Quando o mingau de banana (*õkoma tu*) está fino, as bananas estão totalmente diluídas na água formando um creme, os homens começam a macerar os ossos. Põem-nos em um pilão improvisado, uma panela velha, onde parentes do morto, de pé, com um bastão de madeira começam a pulverizá-los, um de cada vez. Revezam-se até que se forme um pó muito fino, as cinzas. Em seguida, essas são peneiradas e os pedaços maiores voltam a ser pilados. Isto acontece em meio ao pranto das mulheres. Ao final, parte das cinzas é depositada em uma pequena cabaça que é lacrada com cera e amarrada em um jirau acima do fogo doméstico. A outra parte é consumida misturada ao mingau de banana.

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/itoria/caaf

Um aliado próximo junta um pouco das cinzas ao mingau de banana em um recipiente e remexe a mistura com a própria mão até a tonalidade amarela do mingau passar a acinzentada. Em um clima solene e de compenetração, homens e mulheres adultos, próximos do morto são os primeiros a consumir o mingau. Depois, vêm os demais parentes, os aliados muito próximos ao morto, afins com fortes laços de amizade com ele. Aliados próximos consomem-no sem restrições. No entanto, os pais com filhos pequenos, que são afins não muito próximos, temem comer as cinzas, que podem fazer mal aos seus filhos. Os jovens ainda sem esposas, quando não são próximos do morto, também evitam consumi-las. Cada pessoa, com a cuia cheia, bebe o mingau de uma só vez, sem pausa. Consumidas as cinzas, a caça moqueada é distribuída aos aliados, visitantes. No dia seguinte, fazem-se as trocas que combinaram ao longo dos dias quando perdurou o *sabonoma* e retornam a suas casas. Os anfitriões, cansados, deitam e dormem com muitas histórias para compartilhar por um bom tempo.

Depois desse consumo parcial das cinzas, o resto pode ser dividido entre parentes próximos do morto que vivem em aldeias distintas. Demandar as cinzas do morto é obrigação dos seus consangüíneos, membros do seu grupo patrilinear. Os detentores deverão concluir a cerimônia de ingestão das cinzas que foi iniciada nessa primeira cerimônia. Em geral, o intervalo entre esta cerimônia de pulverização e as próximas de consumo do resto das cinzas é de, aproximadamente, um ano. Assim, haverá um outro *sabonoma*, quando outras roças estiverem prontas e as cinzas poderão ser consumidas. Nessa nova ocasião tudo se repete, só não haverá mais a pulverização dos ossos em cinzas. A cabaça deve ser guardada sobre o fogo doméstico, onde as cinzas possam permanecer aquecidas.

Toda essa cerimônia visa um processo de transformação do morto, do *heno polepö de*, que falecera para que ele siga o caminho da aldeia dos mortos, onde terá uma nova vida. Ao longo da cerimônia, dos anos que perdura, o morto permanece por perto, tenta atrair os seus parentes vivos para sua casa, ou seja, quer transfigurá-los em mortos. Quando os Sanöma sonham, o morto oferece-lhes a comida dos mortos. Se o Sanöma comer, transformar-se-á em morto. Quando as cinzas finalizam e há a conclusão do *sabonoma*, a metamorfose estará completa e o morto estará em sua nova morada, vivendo uma nova vida. Ele será esquecido e finda este ciclo da vida, e um novo se abre junto a outros Sanöma já falecidos.

Essa cerimônia compõe o cosmos Sanöma, suas vidas e formas de se relacionar e se fazerem humanos. Os riscos de ter um corpo enterrado recaem sobre o morto, que não conclui seu ciclo, e sobre os vivos, por tê-lo tão perto. Não compreender as implicações dessa negação das cerimônias para a vida Sanöma revela o impulso colonialista dos serviços de saúde, quando não se abrem para compreensão de vidas e respeito a humanidade do Outro.

Somente após a ampla divulgação na mídia¹ e denúncia do caso ao Ministério Público Federal de RR, o corpo do bebê que falecera primeiro retornou à comunidade, pois foi comunicado que ele não estava com covid. Os outros dois corpos continuam enterrados no cemitério, foi dito aos Sanöma, após essa mobilização, que os exames deram positivo e eles faleceram de covid. E, tardiamente, os serviços de saúde foram em área conversar com os anciãos e anciãs Sanöma e informar sobre os riscos de contágio do coronavírus ao se realizar as cerimônias funerárias na comunidade, motivo que os levaram a não permitir o retorno dos corpos. As lideranças Sanöma compreenderam o fato, mas, como eles disseram, usaram “palavras duras” reafirmando a insatisfação sobre como tudo ocorreu. Os Yanomami seguem debatendo o tema da possibilidade de cremação dos corpos dos seus, contaminados por covid, nas comunidades, com o DSEI, MPF e demais autoridades, mas os corpos Yanomami continuam sendo enterrados.

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/itoria/caaf

E a história se repete, voltando ao mês em que o primeiro Yanomami morreu de covid, em abril de 2020, um outro bebê Sanöma havia falecido e seu corpo ficou retido em Boa Vista e sua mãe retornou sem o corpo do bebê a sua comunidade. Foi dito à liderança que a criança também tinha uma suspeita de covid, não sabiam do paradeiro desse corpo. No entanto, a partir das repercussões das ações do MPF de RR e pressão da mídia sobre o caso dos bebês, a suspeita de covid desse bebê não se confirmou e o corpo retornou conjuntamente com o corpo do bebê que veio a falecer no início de maio. Dois corpos retornaram e foram realizadas as cerimônias funerárias e dois corpos ficaram, enterrados. E os vivos seguem sendo amedrontados em suas noites de sonhos, quando os mortos aparecem incentivando a morte daquele que sonha, e os bebês mortos seguem no limbo com seu ciclo inconcluso, sem uma transformação completa de si.

A pandemia da covid, no Brasil, escancara a máquina de guerra que se transfigurou os serviços de saúde para os povos indígenas no governo Bolsonaro. As mães Sanöma viveram um horror da destruição de fundamentos essenciais de sua vida enquanto povo com os corpos retidos, desaparecidos e enterrados de seus filhos. Ao longo da covid foram quatro corpos de bebês desaparecidos e muitas violações de princípios humanos fundamentais. Não há espaço para o diálogo, compreensão do sofrimento e do tecido social da vida Sanöma, mas sim para a imposição de um modelo de vida e cuidado que é absolutamente inegociável. Os serviços de saúde do atual governo se impõe de forma colonizadora, há um projeto civilizatório de aniquilamento do Outro, de sua existência e formas de viver. As formas de cuidado e prevenção à covid preconizada pelos serviços de saúde são impostas irrestritamente como a solução. Ao mesmo tempo, promovem o descontrole do contágio na Casa de Saúde Indígena. Na Terra Indígena Yanomami, são despojadas toneladas de comprimidos de cloroquina assim como são ditadas as formas de ser, viver e morrer. Não permitem a cremação na comunidade sob supervisão dos especialistas Sanöma conjuntamente com seus especialistas brancos. Para esse projeto civilizador e colonizador, os especialistas Sanöma não podem dominar técnicas de cuidado para lidar com pandemia. Por isso, são silenciados. Tal projeto que está nos serviços de saúde para os povos indígenas se traveste de humanitário, quando afirma dos riscos de contágio e da preocupação dos corpos poderem disseminar a covid em território, ao mesmo tempo em que não controla o contágio na CASAI, despeja medicamentos inapropriados, não emite laudos, não comprova a covid de mortos, não compartilha decisões. Os serviços de saúde dedicados aos povos indígenas pretendem assumir uma “paz” que tende a assumir o rosto de uma “guerra sem fim”, como afirma Achille Mbembe (2018) sobre a colonização. Viver sob a ocupação do atual governo é experimentar uma condição permanente de “viver a dor” (op. cit). A produção de tragédias humanas segue seu curso na pandemia da covid. Mas, os Sanöma e todos os povos indígenas decidiram que eles não serão os mortos-vivos e lutam e provocam uma transformação.

FONTES E MAIS INFORMAÇÕES

¹ [Yanomami imploram pelos corpos de seus bebês](#)

ALBERT, Bruce. 2020. Mortos sem sepultura. N-1 edições, suporte.ebook@n-1edicoes.org

GUIMARÃES, Sílvia. 2005. Cosmologia Sanumá: o xamã e a constituição do ser. Tese de doutorado. Brasília: DAN/UnB.

GUIMARÃES, Sílvia. 2010. O drama ritual da morte nos Sanumá. Tellus, ano 10, n. 19, p. 111-128, jul./dez. 2010

MBEMBE, Achille. 2018. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. SP: n- 1 edições.



ENTREVISTAS

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/itoria/caaf

Justiça por Miguel! A luta de uma mãe – Entrevista com Mirtes Renata.

**Entrevista concedida por Mirtes Renata Souza a João Pedro Silva de Albuquerque em 29/07/1990.*

No dia 2 de junho de 2020, Mirtes Renata perdeu seu filho, do alto de uma das luxuosas torres gêmeas, localizadas no Cais Santa Rita, o menino Miguel Otávio de 5 anos caiu. Mas, o que em um primeiro momento, poderia ter sido pensando como um acidente se mostrou ser um crime. A mãe de Miguel, a empregada doméstica Mirtes Renata, foi passear com a cadela de Sari Corte Real, sua patroa. Mirtes que estava levando se filho para o trabalho devido a pandemia deixou o garoto aos cuidados da patroa. Sari, que no momento fazia as unhas, só teria a necessidade de “passar o olho” no menino na ausência da mãe.

Miguel, com saudades da mãe, estava pedindo para ir vê-la, então, a patroa Sari decide colocar o menino sozinho no elevador para que ache sua mãe, como se uma criança de 5 anos pudesse ser responsável pela própria segurança. Ele vai até o 9º andar da torre e acessa área destinada aos sistemas de ar-condicionado e de uma altura de 35 metros Miguel caiu.



O palco da morte de Miguel, as duas torres concebidas com as alcunhas de Píer Maurício de Nassau e o Píer Duarte Coelho, conhecidas popularmente em Recife como torres gêmeas, foram construídas sob a ideia de “modernização” da região do cais Santa Rita, o projeto de um novo Recife. Porém, para além disso, pensar sobre as torres pode trazer uma reflexão sobre Sari e morte de Miguel. Ao pensar no caso de Miguel, também possível refletir sobre as relações entre as torres, Sari e o desprezo da elite recifense com a vida de quem não vive em condomínio de luxo.

O projeto das torres de 41 andares e 134 metros de altura foi alvo de ação do Ministério Público Federal (MPF)¹, uma vez que os edifícios estavam sendo construídos em uma área cercada por bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e o seu tamanho megalomaniaco iria bloquear a visão do patrimônio histórico e cultural das redondezas. A construtora venceu a ação e hoje as “torres gêmeas” tiraram desse pedaço do Recife o mar e bloqueiam a visão para a cidade.

Ao pensar no caso de Miguel é possível lembrar da lógica das torres que impedem a cidade de ser vista, de algo que está no Recife, mas não faz parte do Recife. A patroa rica e de classe média alta enxergava o filho negro da empregada como uma criança? Ela pensava porque Miguel era uma criança da periferia ela sabia se virar sozinho e não precisaria de cuidado? O filho de uma amiga seria largado sozinho no elevador? A mesma lógica de uma construção que bloqueia a vista da cidade também impediu Sari de olhar uma criança como uma criança?

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/reitoria/caaf

As torres gêmeas se tornaram o lar de parte da elite pernambucana, abrigam as famílias de empresários, juízes, deputados, dois ex-governadores e outros políticos. É interessante também lembrar que alguns dos ilustre moradores, em 2015, foram alvos de uma operação da Policial Federal contra uma quadrilha que desviava recursos da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobras), o que resultou no famoso episódio da mala de dinheiro arremessada pela janela².

Assim como alguns de seus vizinhos Sari também faz parte da política, seu marido é o prefeito Sérgio Hacker da Cidade de Tamandaré, localizada no litoral Sul de Pernambuco. No momento Sérgio Hacker está sendo investigado pela contratação de funcionários fantasmas na prefeitura de Tamandaré, inclusive, Mirtes e sua Mãe, dona Marta apesar de trabalharem como empregados domésticas para o prefeito e sua esposa eram contratadas pela prefeitura³. O caso veio à tona depois da denuncia de Mirtes durante os depoimentos referentes ao caso de Miguel, pois o prefeito se negava a pagar os direitos trabalhistas dela e de sua mãe.

As torres gêmeas também foram à casa de imigrantes chineses. Os moradores da classe alta pernambucana tiveram, por um tempo, serem vizinhos imigrantes pobres vindos da cidade de Fucheu⁴, que vivam aglomerados em três apartamentos. Os chineses são trazidos para trabalhar para comerciantes ricos, também chineses, por parentes endividados onde são submetidos a regimes de trabalho de semiescravidão. Os moradores das torres se livraram dos chineses, que os incomodavam com seus “costumes bárbaros”. Hoje a maioria dos imigrantes estão espalhados em cortiços pelo bairro de São José e boa vista

Mesmo no estado de pandemia que estamos vivendo Mirtes e sua Mãe continuaram trabalhando, elas tiveram que se mudar para a casa dos patrões em Tamandaré para trabalhar. Estavam morando em uma casa que não era delas para poder servir ao prefeito sua esposa e assim receber seu salário, pois os patrões não lhe ofereceram a opção de fazer a quarentena de forma remunerada. Mirtes levou Miguel para Tamandaré, ela também levava o seu filho para as faxinas que tinha que fazer no apartamento de luxo do casal nas torres gêmeas, em um desses dias de trabalho ela perdeu Miguel.

As torres gêmeas e Sari são construções de uma elite predatória que tem fome de se mostrar superior, que é cega para o que não está a sua “altura”, uma elite consumidora da história, cultura, corpos e vida. Sari e as torres são a senhora e casa grande de um engenho de moer gente.

Miguel foi vítima da lógica das torres entranhada nas elites, uma lógica que ignora as vidas daqueles que não tem condição de habitar seus apartamentos de luxo, que quer varrer o povo pobre para baixo do tapete, uma lógica onde um garoto de 5 anos não merece o mínimo de atenção da patroa da sua mãe, uma lógica que despreza e mata.

Como uma pessoa que está lutando contra essa lógica ao buscar justiça por seu filho Mirtes aceitou gentilmente nos conceder uma entrevista. Ela falou sobre a batalha de uma mulher negra e da periferia para sobreviver em uma sociedade classista, machista e racista, da importância e apoio que vem recebendo dos movimentos sociais, sobre a sua dor e a luta de uma mãe por justiça.

Miguel Presente, hoje e sempre!

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/retoria/caaf

Você perdeu seu filho no meio de uma pandemia, então te pergunto como você está?

Eu estou bem na medida do possível. Se eu parar realmente para viver o luto as coisas não andam, porque infelizmente a justiça no nosso país é lenta demais, eu preciso sempre estar no pé! Por conta dessa questão da pandemia algumas coisas estão mais difíceis, não estamos tendo acesso a informações, não tem ninguém no prédio que possa prestar informações, não sabemos quando Sari foi notificada para prestar defesa.

Fora isso, a pandemia complicou muito minha vida. Desde o começo da pandemia minha vida virou de para baixo eu tive que ir embora da minha casa para trabalhar em Tamandaré, viver a vida dos outros! [Mirtes mora em Recife e teve que ir morar na casa dos patrões na cidade de Tamandaré para trabalhar. Tamandaré fica a 100 km de Recife]. Esse período da pandemia tem sido bem cruel.



Fonte: <https://istoe.com.br/nova-pericia-e-feita-no-predio-de-onde-menino-caiu-no-recife/>

Mesmo durante a Pandemia você e sua mãe, dona Marta, continuaram trabalhando para Sari?

A gente não teve escolha, quando veio o “boom” da pandemia em Recife Sari disse que iam para Tamandaré passar o período de quarentena e não nos ofereceu outra escolha, como deixar a gente em casa se protegendo e podendo receber o nosso salário. Então, fomos em bora para Tamandaré eu, minha mãe e meu filho.

Nesse período também íamos para Recife fazer a faxina do apartamento minha mãe e meu filho pegaram Covid. Sérgio [marido de Sari e Prefeito de Tamandaré] diz que não tivemos, porque ele não quer pagar nossas contas trabalhistas, ele alega que somos funcionárias da prefeitura. Só que a gente recebia pela prefeitura e trabalhava na casa dele como empregada doméstica.

O trabalho de doméstica nesse período foi muito puxado, tinha hora para pegar, mas não tinha hora para largar. Pegava de oito horas da manhã faxinava a casa, preparava o almoço, tinha que limpar a cozinha, servia o jantar, tirava a mesa, lavava os pratos.

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/caaf

Era um absurdo, muitos patrões disseram que o serviço de empregada doméstica era essencial, muita gente ficou expostas, teve pessoas que praticamente ficaram em cárcere privado na casa dos patrões, não puderam ir para suas casas no período de pandemia porque os patrões diziam que não podiam sair para contaminar eles, mas eles podiam sair para trabalhar e voltar para trazer o vírus para dentro de casa.

Isso foi bem difícil para mim e para outras empregadas doméstica, não tinha escola, creche para a gente deixar nossos filhos, não tinha com quem deixar os filhos, ou pagávamos alguém para cuidar deles levávamos eles para o trabalho arriscando pegar o vírus.

Na casa de Tamandaré Sari deixou a gente ficar dormindo no quarto de hóspedes, porque eles não iam receber visita, mas até isso ela fica passando na cara da gente como se fosse uma grande coisa de ajuda, deixar a gente dormir no quarto de hóspedes.

Você poderia contar um pouco da sua história? Da onde você veio e sua trajetória até começar a trabalhar para Sari.

Eu sou natural do Recife, do Alto José do Pinho. Com três anos de idade eu fui morar em Bonança que é um distrito da Cidade de Moreno. Morei lá com minha mãe, meu pai e meu irmão, passei lá 24 anos da minha vida, nesse período que a gente estava morando lá perdi meu irmão, assassinado por engano, até hoje a polícia não solucionou o caso. A polícia não tocou as investigações para frente, porque pobre, negro e foi morto dentro de uma favela, então eles não tocaram o caso para frente. Isso aconteceu em 2018.

Nesse período eu comecei a trabalhar, comecei a fazer uns bicos, trabalhei em um pesque e pague, sofri muito preconceito lá e sai. Depois comecei a fazer cursos, fiz curso de armador, carpinteiro e consegui atuar na área de carpintaria. Trabalhei em três obras para uma construtora do Recife. Depois fiz um curso técnico em segurança do trabalho.

Mas foi tudo bem difícil para mim, conseguir conciliar estudo e trabalho, eu saía de casa de quatro horas da manhã para trabalhar, quando largava ia para o curso e chegava em casa de quase meia-noite. Foi bem difícil, mas eu consegui vencer essa fase da minha. Infelizmente eu não atuo em segurança do trabalho porque a escola que eu fiz o curso faliu e eu não consigo ter acesso ao diploma.

No período que eu estava trabalhando eu conheci o pai de Miguel e eu engravidei, então fomos morar em Orobó (cidade no agreste de Pernambuco), passei 10 meses lá. Nesse tempo Miguel nasceu e minha mãe me convidou para irmos morar em Recife e eu estou aqui fazem cinco anos, Miguel tinha quatro meses quando eu fui para a casa da minha mãe e me separei do pai de Miguel a três anos.

Depois que Miguel fez um ano eu comecei a ir atrás de trabalho, como eu não consegui nada, minha mãe, que já trabalhava para Sari, disse que ela estava precisando de uma faxineira, então aceitei fazer faxina, porque estava precisando de trabalho. Sari me indicava para fazer faxina na casa das amigas, depois que ela engravidou e me chamou para trabalhar de carteira assinada, e eu aceitei, isso tudo foi num período de mais ou menos quatro anos.

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/caaf

Nessa trajetória passei por muita coisa, sofri muito preconceito por ser negra, gorda, quando eu trabalhava em obra as pessoas diziam que obra não era lugar de mulher, mulher que trabalha em obra é “quenga” e tá atrás de macho. Eu ia trabalhar e infelizmente escutava esse tipo de coisa. Tentei trabalhar em loja, mas não fui aceita porque era negra, “disseram que eu não estava nos padrões”, fui garçoneiro no pesque e pague, e escutei muita “esculhambação” de cliente. Mas eu nunca abaixei a cabeça! Até quando eu estava trabalhando de empregada doméstica eu ajudava meu pai a vender churros.

Já fiz cursinho para tentar entrar na academia da Força aérea, tentei vestibular duas vezes para geografia, não consegui passar por questão de décimos. Fiz também curso de panificação e fui uma das alunas laureadas. Sempre tive disposição para trabalhar, qualquer coisa que me aparecer, que seja digno, se eu puder ganhar meu dinheiro dignamente eu trabalho.

Mirtes, eu vi algumas entrevistas em que você fala sobre que se você estivesse no lugar de Sari o tratamento que dariam ao caso seria outro.

Infelizmente a justiça do nosso país ela é muito injusta, é muito desigual. Se você olhar a balança da justiça e a parte mais alta e a parte mais baixa da balança. A parte leve, a que fica pra cima, é para o pessoal que tem dinheiro, tem influência a justiça é bem branda, mas se você olhar para a parte pesada, a que fica em baixo, é para a gente que é negro, pobre e favelado. Se um rico rouba alguma peça de roupa no shopping ele é doente, cleptomaniaco, mas se for alguém negro e pobre, ele é ladrão, vai preso, apanha, é humilhado.

No caso de Miguel foi imposta uma fiança de vinte mil reais para Sari, se fosse eu que tivesse deixado o filho dela dentro do elevador naquele prédio, poderia sim ter sido colocado uma fiança para mim, mas eu não teria esse dinheiro. Como eu não tenho, já iam me encaminhar para audiência de custódia. Tem as imagens do elevador como prova que mostram que ela abandonou a criança, no meu caso se as imagens me mostrassem, eu já estaria presa. Mas como ela tem influência e dinheiro ela tá podendo responder em liberdade até o dia do julgamento, mas se fosse eu o caso já estaria encerrado, eu já estaria presa e apanhando dentro do presídio. A lei é muito injusta e preconceituosa.

Na cobertura da imprensa, no começo, eu estava achando muito estranho, porque não estavam mostrando o rosto dela, porque não tá dizendo nome dela? No contrário meu nome já estaria bem grande estampado nas capas de revista e na televisão “EMPREGADA DOMÉSTICA MIRTES RENATA MATA CRIANÇA POR ABANDONO”.

Eu os achei (imprensa) injustos no começo, mas depois a ficha foi caindo e eles começaram a dar foco no caso de Miguel e viram que realmente Sari tem culpa. Agora, no meu caso, eu sinto que eles estão ajudando muito, tão me chamando para fazer entrevista, Live o que tá ajudando muito a divulgar o caso do meu filho. Chegou no ponto de o caso ser conhecido internacionalmente por conta da mídia que não deixou abafar.

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/retoria/caaf

Mas também o caso do meu filho só tomou essa proporção porque, infelizmente, ter coincidido com os protestos dos Estados Unidos por causa do assassinato de George Floyd, e uma criança negra cair de um prédio de luxo que foi abandonada no elevador por uma mulher branca foi um “boom” na mídia e também o fato dela ser esposa do prefeito Sergio hacker. Eu peço que eles continuem mostrando o caso para as pessoas ficarem cientes do que aconteceu com meu filho, para não cair no esquecimento do que é a justiça e de que ninguém pode se calar diante os erros dos outros.

E como você enxerga o racismo no caso de Miguel?

Muita gente disse, “Não Mirtes, esse caso de Miguel foi Racismo, ela só deixou porque Miguel era Negro”. Eu não vejo tanto como uma questão só de racismo, mas uma questão de preconceito por ser filho da empregada. Ela só deixou Miguel ali porque era filho da empregada, ele podia sair e se virar, mas Miguel era uma criança de 5 anos, não sabia se virar, não tinha noção do perigo.

Se fosse um filho de uma amiga dela, ela não fazia isso, não abandonava no elevador, não deixava a própria sorte, mas só deixou meu filho porque era o filho da empregada e podia tá sujeito a qualquer coisa e ia saber se virar, mas não é assim, uma criança de 5 anos sem noção do perigo, não podia prever nada. Já ela é adulta, ela podia prever sim que pudesse acontecer algo com Miguel, qualquer coisa poderia acontecer com meu filho e ela o deixou a própria sorte. Tanto que ela me falou na delegacia que disse a Miguel “Vai que depois tua mãe te encontra”. Eu encontrei meu filho, praticamente morto, ele ainda estava vivo, batalhando para respirar. Ele lutou para viver, mas ele não conseguiu.

O pessoal dos movimentos sociais em Pernambuco tem atuado junto ao caso, tem a rede de Mulheres Negras dando esse apoio e outros. Como foi esse contato com o pessoal dos movimentos?

Aos poucos eu fui conhecido o pessoal dos movimentos, do GAJOP (Gabinete de Assessoria Jurídica às organizações Populares), o pessoal da Rede Mulheres Negras. Eles estão me dando um grande apoio no caso de Miguel, para mim, minha mãe em questão financeira, alimentação e na luta para que o caso não caia em esquecimento. O pessoal da Rede de Mulheres Negras e da Negritude audiovisual estão organizando uma campanha para lançar daqui a algumas semanas. Eles me acolherem em um momento muito difícil. Também estou tendo apoio do pessoal da igreja Batista e do centro comunitário Mario Andrade. Criou uma rede toda de apoio em torno do caso.

Sem o pessoal dos movimentos eu acho que o tratamento do caso seria diferente graças a eles eu estou conseguindo colocar as coisas para frente. O caso de Miguel só tomou essa proporção por causa do apoio que eles estão me dando.

E como você enxerga a repercussão do caso junto à população?

No dia da entrevista de Sári ao fantástico a gente pediu para o pessoal fazer um painel na hora da entrevista, muita gente bateu panela, a gente pediu para o povo se manifestar no Twitter e a #justiçapormiguel ficou como a segunda mais comentada, em primeira foi o fantástico.

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/retoria/caaf

O povo tem me apoiado muito, as pessoas me abraçam na rua, tem gente que leva o caso de Miguel como se fosse com o filho deles, como se o caso fosse com alguém da família, muita gente chama meu filho carinhosamente de Miguelzinho. Teve um dia que eu estava caminhado e uma senhora me disse “Miguelzinho tá bem, tá lá no alto e a gente vai lutar por justiça por Miguelzinho”.

Esse apoio da população, esse carinho é muito importante. Por que o que ela (Sari Corte Real) fez acabou comigo, eu estou sem meu filho, ela arrancou metade de mim, eu queria acordar e pensar que tudo foi só um pesadelo e meu filho tivesse aqui comigo, mas infelizmente eu estou vivendo a realidade sem meu filho.

O que você espera do futuro?

Eu só quero que realmente se faça justiça, que Sari seja condenada, presa que ela pegue a pena máxima no caso. Infelizmente a pena máxima de 12 anos acho que ela não cumpre, mas que ela passe um período na prisão para ela ver como é a realidade, ela ver o que se fosse eu, o que eu ia passar. Ela entrar lá e ver que dinheiro não compra tudo, eu só quero isso mesmo.

Eu sei que isso não vai trazer meu filho de volta, mas para aliviar um pouco meu coração saber que a justiça pela morte dele foi feita para eu tentar tocar minha vida para frente. Quero arrumar um emprego, tem algumas pessoas me ajudando financeiramente, graças a Deus, mas eu preciso voltar a trabalhar eu vou ficar dependendo das pessoas para o resto da vida? Não gosto de ser assim, eu não sei ser assim, ficar dependendo das pessoas. Eu gosto de trabalhar para ter o que é meu, não que eu esteja achando ruim, graças a Deus eu agradeço a todos que estão juntos ajudando financeiramente, mas eu preciso realmente tocar minha vida para frente voltar a trabalhar e replanejar meu futuro sem meu filho.

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/reitoria/caaf

Coletivo Projeto Vida: A luta da população em situação de rua contra o frio e a Covid-19 – Entrevista com Clair Aparecida e Paula Carvalho

**Entrevista concedida por Clair Aparecida e Paula Carvalho para João Pedro Silva de Albuquerque em 25/07/2020.*

Atualmente estima-se que a cidade de São Paulo tem 24.344 de acordo com os dados da SMADS (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Municipal). Desse total de pessoas 1/3 delas não tem acesso a centros de acolhida, além disto a grande maioria não acesso a higiene e água potável. Então com o a chegada da Covid-19 como as pessoas em situação de rua vai se proteger? Como cumprir os requisitos mínimos para evitar o contágio, quando o estado te abandona a própria sorte?

Pensando nesta situação Clair Aparecida e Paula Carvalho decidiram agir em prol dos moradores de rua. As duas desenvolveram o Coletivo Projeto Vida, que tem por objetivo ajudar as pessoas em situação de rua da grande São Paulo.



Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/itoria/caaf

Paula iniciou a entrevista contando que no início do surto da Covid-19, quando a maioria das pessoas ainda ficava em casa, precisou sair para resolver um problema e percebeu que não se via nenhuma pessoa, exceto aquelas que estavam em situação de rua, “não tinha ninguém mais lá estava tudo fechado”. Neste dia Paula encontrou Wagner, uma pessoa em situação de rua, em meio a uma pandemia ele estava usando apenas uma máscara de TNT furada, ela sentou ao lado dele para conversar, “ agente trocou uma ideia, ele disse que tinha feito aniversário, daí ele me deu uma poesia e eu dei uma máscara.” Depois desse episódio Paula pensou que poderia fazer algo mais, tomada pela inquietação ela entrou em contato com Clair e juntas começaram a desenvolver o Coletivo Projeto Vida. Para além de uma ajuda pontual durante a pandemia elas pensaram em ações que viessem a gerar um impacto maior, pois para além da pandemia moradoras e moradores de rua enfrentam outras dificuldades como o frio e o acesso a água potável. Na pandemia as pessoas precisam do isolamento social e higiene, tudo que não é ofertado a uma pessoa em situação de rua, “as pessoas de rua não têm lugar para beber algo potável, nem onde fazer suas necessidades. O impacto da pandemia na população de rua é uma morte em vida, ela está desassistida pelo estado”. O isolamento social diminui a oferta de doações, além disto tem a questão do frio, as pessoas morrem de frio.

“Já que a gente pode sonhar vamos botar mil kits!” Para iniciar o Coletivo Projeto Vida, Paula e Clair decidiram criar 1000 kits para distribuir durante as ações do projeto nos territórios da zona leste, norte e centro da cidade de São Paulo. Para a confecção dos kits Clair, Paula e outras/os voluntárias/os fabricaram toucas, cachecóis e coberturas, para serem entregues junto aos kits de higiene, além da arrecadação de água mineral. Mas pra além disso, elas sentiram que o kit deveria instrumentalizar a pessoa que o recebesse, então foram acrescentados aos kits materiais informativos que mostrassem os da região que poderiam dar algum tipo de apoio para quem está situação de rua.

Para atingir o objetivo de distribuição dos mil kits o Coletivo Projeto Vida acredita na potência de criação de redes e na interdisciplinaridade dos saberes. Segundo suas idealizadoras o projeto não tem nenhum especialista, são pessoas com diferentes saberes que permitem pensar no processo de construção a partir de diferentes pontos de vista. No momento da entrevista o projeto contava com 4 pessoas na linha de frente, além de outras/os voluntárias/os que contribuem na montagem e distribuição do kit.

“Não dá pra fazer uma ação e distribuir kit por kit, tem que sem uma ação para dar visibilidade a essas pessoas, o coletivo vida nasceu do caos, que possibilitou potência e conectar pessoas.” Clair e Paula também conseguiram articular uma rede de apoio para dar força ao Coletivo. Como espaço de ponto de encontro, e principal apoiador, o projeto tem a Casa do Povo, mas também fazem parte de sua rede a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), a Universidade de Brasília (UNB) e o Núcleo de Pesquisa em Direitos Humanos e Saúde LGBT+ (NUDHES) que atuam como potencializadores de divulgação e pesquisa, além de outros. A articulação e a conexão de redes são um dos eixos centrais do projeto. Clair e Paula conseguiram juntar sociedade civil, setores públicos e privados em prol de trazer alguma dignidade para as pessoas em situação de rua.

Por meio de suas articulações o Coletivo Projeto Vida vai além do assistencialismo imediato. Nos dias das ações são realizados contatos com equipes que já atuam no território no qual o coletivo vai atuar, como a pessoa do Consultórios na Rua, do Centro de Testagem e Aconselhamento em DST e AIDS e o CAPS AD. Desse modo o Coletivo é auxiliado na identificação das diferentes pessoas que compõem a população de rua e na visibilidade de suas especificidades para que recebam o atendimento adequado.

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/reitoria/caaf

Isso implica na questão de dar visibilidade as pessoas, “tem que problematizar, raça e gênero par enxergar quem é uma pessoa de rua. Não naturalizar esses corpos”. As pessoas não formam uma massa homogêneas cada uma tem sua especificidade. Assim, o Projeto Vida consegue ir para além de uma ação pontual, ele consegue juntar atores que já atuam cotidianamente no território para dar uma continuidade a um trabalho que iniciou de forma emergencial e poder seguir para além do frio e da pandemia.

Outro ponto central do Coletivo é não gerar autopromoção em cima da exploração da imagem das pessoas em situação de rua. Sobre isto, Clair lembra de uma cena que presenciou enquanto trabalhava: “duas pessoas começaram a entregar marmita e simplesmente vendo a aglomeração uma delas pegou o saco de roupa e jogou para as pessoas como se elas fossem bichos se amontoando. A rua se transformou em um caos, as pessoas começaram a lutar para pegar uma peça de roupa e tudo isso enquanto uma das pessoas que estavam na ação ficaram tirando fotos e selfies. Essa cena é muita recorrente, muitas pessoas só fazem uma ação com pessoas de rua para se autopromoverem, quando na verdade deveriam pensar como contribuir de uma forma positiva e efetiva, pensar antes de agir e não ser só um fazedor de coisas”.

Por fim, elas, como duas pessoas com experiência acadêmica, Clair recém pós graduada no em Direitos Humanos e Lutas sociais pelo CAAF|Unifesp e Paula Pós doutoranda, falaram da relação entre a universidade e os movimentos sociais. Elas falam da necessidade de pensar criticamente a Universidade como uma entidade que não é isolada, mas um espaço de pensamento o, reflexão e pesquisa, onde é possível trazer as pessoas para compartilharem suas vivências e aproveitar o espaço acadêmico para fazê-las serem ouvidas.

Elas falam que é fundamental quebrar os muros da instituição para que possa existir troca de saberes e pessoas negras, indígenas, lgbt+, mulheres possam se enxergar no ambiente acadêmico. A universidade tem que ter abertura para escuta e pluralidade, romper com os muros invisíveis para expandir os horizontes, permitir a troca de saberes criar novas linhas de pesquisa para que as pessoas deixem de ser objetos de estudo e se tornarem pesquisadoras.

[É POSSÍVEL AJUDAR O COLETIVO PROJETO VIDA CLICANDO AQUI](#)

Mortos e mortes da Covid-19

saberes, instituições e regulação

Boletim do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Unifesp (Caaf|Unifesp)

Mortos e mortes da Covid-19: saberes, instituições e regulações

n. #12 de 14 de agosto de 2020



caafunifesp01



caaf_unifesp



1049



Caaf Unifesp



caaf@unifesp.br



www.unifesp.br/revista/itoria/caaf

Instituição: Centro de Antropologia e Arqueologia da Unifesp (CAAF|Unifesp)

Equipe Responsável:

Colaboras/es convidadas/os: Aline Khouri, Sílvia Guimarães, Luiz Eduardo Dos Santos.

Entrevistadas: Clair Aparecida, Mirtes Renata de Souza, Paula Carvalho.

Pesquisa e Redação: Aline Feitoza, Carla Osmo, Desirée Azevedo, Edson Teles, João Pedro Silva de Albuquerque, Marília Calazans.

Arte Gráfica: João Pedro Silva de Albuquerque.

Foto de capa: Adaptação do desenho de Cau Luis Art. Original em: <https://br.pinterest.com/pin/555209460295412264/>

Contato:

Email: caaf@unifesp.br

Telefone: (11) 3385-4100 | VOIP:8958

Endereço: Centro de Antropologia e Arqueologia Forense - CAAF|Unifesp. Rua Joaquim Távora, 168 - Vila Mariana. CEP 04015-010 - São Paulo